

Regulamentos | Contratos | Acordos

10. Minuta do contrato de consórcio - Bairro Comercial Digital de Braga- Município de Braga e a Associação Empresarial de Braga.

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal para aprovação, a minuta do contrato de consórcio e celebrar entre o Município de Braga e a Associação Empresarial de Braga, no qual o Município de Braga e a Associação Empresarial de Braga constituem entre si um consórcio destinado à criação, dinamização e gestão do **Braga Smart Retail – Bairro Comercial Digital de Braga** (BCD Braga), o qual será financiado ao abrigo dos termos previstos no Aviso de Concurso N.º 12/C16-i02/2023 do PRR, tudo de acordo com as condições constantes no referido contrato.

Assunto: Aprovação da minuta do contrato de consórcio - Bairro Comercial Digital de Braga

PROPOSTA:

Considerando que:

- No âmbito do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, componente 16 – Empresas 4.0, integrada na dimensão da transição digital, foi lançado o Aviso N.º 012/C16-i02/2023, referente à apresentação de candidaturas para o desenvolvimento de projetos associados a Bairros Comerciais Digitais, visando a digitalização dos operadores económicos e dos seus modelos de negócio, a promoção do comércio e a sensibilização e capacitação dos empresários e trabalhadores para a transição digital;
- Os Bairros Comerciais Digitais surgem, igualmente, como uma medida catalisadora do crescimento económico, enquadrando o vetor da proximidade e da coesão territorial e promovendo a valorização da evidência física e da requalificação dos espaços no sentido de potenciar um adequado planeamento em termos de urbanismo comercial;
- Os Bairros Comerciais Digitais são áreas comerciais compostas por espaços urbanos contíguos, que gozam duma delimitação geográfica, apresentam uma densidade relevante de atividades comerciais e de prestação de serviços e beneficiam de uma estratégia comum de gestão, por forma a dinamizar essas áreas e a promover a coesão territorial;
- A candidatura que suporta o projeto BRAGA SMART RETAIL é particularmente relevante para as atividades económicas do centro de Braga no contexto de recuperação após as consequências económicas e sociais da conjuntura pandémica provocada pela Covid-19, particularmente dura para um tecido empresarial composto por micro e pequenas empresas, muitas de gestão familiar, cuja capacidade de investimento nem sempre é suficiente para as necessidades atuais;
- A aprovação pelo Conselho Diretivo do IAPMEI da candidatura BRAGA SMART RETAIL no âmbito do referido aviso do PRR, permitirá ao Município de Braga e à Associação Empresarial de Braga realizarem investimentos de conectividade e harmonização urbanística na área de intervenção definida para o projeto, como resposta às novas tendências de digitalização das experiências de consumo;
- O projeto de criação de Bairro Comercial Digital de Braga vai contribuir para uma dinamização assertiva dos setores do comércio, do turismo e dos serviços no sentido de aportarem valor acrescentado para a toda a comunidade que beneficiará dos investimentos a realizar no Bairro;
- O presente contrato de consórcio é constituído nos termos do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, devendo os outorgantes assumirem a responsabilidade conjunta pela execução da candidatura e definir, entre outras, as questões dos direitos e deveres das partes, da confidencialidade, da propriedade intelectual e industrial, da proteção e gestão de dados pessoais ou da propriedade final dos bens de equipamento adquiridos no âmbito da execução do projeto no âmbito do PRR;

- A finalidade deste contrato será a dos outorgantes concretizarem o compromisso assumido na candidatura para a criação e gestão do Bairro Comercial Digital de Braga.

Proponho que:

O Sr. Presidente, no uso das competências e atribuições do Município, remeta à aprovação da Câmara Municipal, a minuta do contrato de consórcio e celebrar entre o Município de Braga e a Associação Empresarial de Braga, conforme minuta que se anexa.

A Chefe de Divisão

Anexos:

1. Minuta do contrato de consórcio entre o Município e Braga e a Associação Empresarial de Braga.

BRAGA SMART RETAIL - BAIRRO COMERCIAL DIGITAL DE BRAGA

CONTRATO DE CONSÓRCIO

entre

MUNICÍPIO DE BRAGA

e

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE BRAGA

Entre:

O Município de Braga (MB), pessoa coletiva n.º 506901173, com sede na Praça do Município, 4700 – 415 Braga, neste ato representada pelo seu Presidente, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, adiante designada por 1.º Outorgante/Consoiciado;

e

A **Associação Empresarial de Braga (AEB)**, pessoa coletiva n.º 500971285, com sede na Rua D. Diogo de Sousa, 91, 4700 – 422 Braga, neste ato representada por Daniel Fernandes Vilaça e Varico Pereira, na qualidade de Presidente e Vice-Presidente da Direção, respetivamente, adiante designada por 2.º Outorgante/Consoiciado.

E,

Considerando que:

- No âmbito do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, componente 16 – Empresas 4.0, integrada na dimensão da transição digital, foi lançado o Aviso N.º 012/C16-i02/2023, referente à apresentação de candidaturas para o desenvolvimento de projetos associados a Bairros Comerciais Digitais, visando a digitalização dos operadores económicos e dos seus modelos de negócio, a promoção do comércio e a sensibilização e capacitação dos empresários e trabalhadores para a transição digital;
- Os Bairros Comerciais Digitais surgem, igualmente, como uma medida catalisadora do crescimento económico, enquadrando o vetor da proximidade e da coesão territorial e promovendo a valorização da evidência física e da requalificação dos espaços no sentido de potenciar um adequado planeamento em termos de urbanismo comercial;
- Os Bairros Comerciais Digitais são áreas comerciais compostas por espaços urbanos contíguos, que gozam duma delimitação geográfica, apresentam uma densidade relevante de atividades comerciais e de prestação de serviços e beneficiam de uma estratégia comum de gestão, por forma a dinamizar essas áreas e a promover a coesão territorial;
- A candidatura que suporta o projeto BRAGA SMART RETAIL é particularmente relevante para as atividades económicas do centro de Braga no contexto de recuperação após as consequências económicas e sociais da conjuntura pandémica provocada pela Covid-19, particularmente dura para um tecido empresarial composto por micro e pequenas empresas, muitas de gestão familiar, cuja capacidade de investimento nem sempre é suficiente para as necessidades atuais;
- A aprovação pelo Conselho Diretivo do IAPMEI da candidatura BRAGA SMART RETAIL no âmbito do referido aviso do PRR, permitirá ao Município de Braga e à Associação Empresarial de Braga realizarem investimentos de conectividade e harmonização urbanística na área de intervenção

definida para o projeto, como resposta às novas tendências de digitalização das experiências de consumo;

- O projeto de criação de Bairro Comercial Digital de Braga vai contribuir para uma dinamização assertiva dos setores do comércio, do turismo e dos serviços no sentido de aportarem valor acrescentado para a toda a comunidade que beneficiará dos investimentos a realizar no Bairro;
- O presente contrato de consórcio é constituído nos termos do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, devendo os outorgantes assumir a responsabilidade conjunta pela execução da candidatura e definir, entre outras, as questões dos direitos e deveres das partes, da confidencialidade, da propriedade intelectual e industrial, da proteção e gestão de dados pessoais ou da propriedade final dos bens de equipamento adquiridos no âmbito da execução do projeto no âmbito do PRR;
- A finalidade deste contrato será a dos outorgantes concretizarem o compromisso assumido na candidatura para a criação e gestão do Bairro Comercial Digital de Braga.

Livremente celebram o presente Contrato de Consórcio que se rege nos termos e condições seguintes:

Cláusula 1ª

OBJETO

1.1. Pelo presente contrato, a Câmara Municipal de Braga e a Associação Empresarial de Braga constituem entre si um consórcio destinado à criação, dinamização e gestão do **Braga Smart Retail – Bairro Comercial Digital de Braga** (BCD Braga), o qual será financiado ao abrigo dos termos previstos no Aviso de Concurso N.º 12/C16-i02/2023 do PRR.

1.2. O presente consórcio adota a forma de consórcio previsto no Decreto-Lei N.º 231/81 de 28 de julho, com a denominação– “Consórcio de Município de Braga – Associação Empresarial de Braga- Braga Smart Retail”

1.3. A candidatura enquadra-se na estrutura de financiamento prevista no PRR, programa NextGenerationEU, financiado pela União Europeia.

1.4. O projeto foi aprovado com um investimento elegível total de 1.287.059,26€ (IVA não incluído) e com uma taxa de apoio de 100%. Deste valor total, compete ao Município de Braga a execução do investimento no montante de 870.989,38€ e à Associação Empresarial de Braga a execução do investimento no montante de 416.069,88€. Os valores atrás indicados não incluem IVA, o qual não é elegível para efeitos de reembolso pela entidade financiadora.

Cláusula 2ª

PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1. O presente contrato de consórcio terá a duração de 25 meses, com início em setembro de 2023 e termo em setembro de 2025.

2.2. O presente contrato poderá ser prorrogado pelo prazo necessário ao encerramento do projeto.

2.3. Sem prejuízo do encerramento do projeto para efeitos de financiamento no âmbito do PRR, manter-se-ão os deveres e responsabilidades dos membros do consórcio no sentido de assegurar a gestão e dinamização futura do Bairro.

Cláusula 3ª

ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO CONSÓRCIO

3.1. Será criada uma Comissão de Gestão do Bairro, formada por um representante da CMB, que preside, um representante da AEB e pelo(a) gestor(a) do Braga Smart Retail (BCD Braga).

3.2. Será criado um Conselho de Inovação do BCD Braga para efeitos de definição, planeamento da atividade e debate alargado das linhas estratégicas de intervenção do bairro, formado por representantes das entidades outorgantes que não sejam membros da Comissão de Gestão e por um conjunto de *stakeholders* com ação relevante na área geográfica de intervenção do Bairro.

3.3. Líder do Consórcio

3.3.1. Designa-se como Líder do Consórcio a Câmara Municipal de Braga, que assumirá a liderança do mesmo e a gestão física e financeira do projeto de criação e dinamização do Braga Smart Retail (BCD Braga).

3.3.2. Constituem deveres e competências do Líder de Consórcio:

- i) Representar o consórcio nas relações com os organismos responsáveis pela análise, acompanhamento, monitorização, fiscalização, controlo e auditoria do projeto, assegurando a partilha da informação relevante para uma boa execução do projeto;
- ii) Dispor de um processo devidamente organizado, de preferência em suporte digital, com toda a documentação relacionada com o projeto;
- iii) Liderar a Comissão de Gestão do projeto providenciando os meios necessários à implementação, acompanhamento e controlo da atividade do BCD Braga;
- iv) Comunicar aos organismos responsáveis pelo financiamento do projeto as alterações e ocorrências relevantes para a gestão e dinamização do bairro comercial digital;
- v) Articular as propostas de alteração aos termos do presente contrato de consórcio.

Cláusula 4.ª

DEVERES E COMPETÊNCIAS DOS CONSORCIADOS

4.1. Fornecer aos membros do consórcio todas as informações que considerem relevantes para a gestão e dinamização do projeto.

4.2. Executar a candidatura/projeto nos termos e prazos que venham a ser fixados no respetivo termo de aceitação.

- 4.3. Não afetar a outras finalidades os bens e serviços adquiridos no âmbito do projeto, sem prévia autorização da entidade competente para a decisão, durante o período que venha a ser definido na formalização da concessão do incentivo financiado pelo PRR.
- 4.4. Cumprir os normativos legais relativos à publicitação dos apoios, bem como em matéria de contratação pública no que respeita à execução do projeto.
- 4.5. Em relação aos meios humanos a afetar ao projeto respeitar os perfis técnicos definidos em candidatura e aprovados em sede de decisão.
- 4.6. Criar um sistema contabilístico adequado para todas as transações relacionadas com o projeto.
- 4.7. Manter afetos à atividade do bairro os ativos respeitantes ao investimento apoiado, bem como à localização definida no projeto, nos termos da regulamentação aplicável.
- 4.8. Cumprir com os demais deveres e competências que venham a ser definidas em sede de decisão da candidatura e da execução do projeto, pela estrutura de gestão do PRR.

Cláusula 5.ª

OBRIGAÇÕES DE CONFIDENCIALIDADE E DE PROTEÇÃO DE DADOS

- 5.1. O 1.º e 2.º outorgantes, bem como as entidades diretamente envolvidas na execução das atividades do projeto, obrigam-se a guardar confidencialidade e a assegurar a devida proteção de dados pessoais, bem como de todas as indicações e informações que possam ter uma relação direta ou indireta com o objeto do presente contrato, cumprindo a legislação aplicável.
- 5.2. A obrigação de confidencialidade e de respeito pelas regras de proteção de dados abrangem todo o período de execução do presente contrato de consórcio e manter-se-ão em vigor até ao limite máximo dos prazos legais fixados para o efeito.

Cláusula 6.ª

PROPRIEDADE FINAL DOS BENS ADQUIRIDOS E DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DO PROJETO

- 6.1. Salvo acordo específico em contrário a celebrar entre os membros do consórcio, os bens adquiridos ou desenvolvidos no âmbito do projeto serão propriedade do membro que tenha procedido à sua aquisição ou desenvolvimento e suportado a parte não financiada do respetivo preço ou despesa.
- 6.2. Quando um resultado desenvolvido no âmbito do projeto constituir um bem indivisível considera-se este pertença do promotor/utilizador final, que assumirá a responsabilidade pela sua eficiente utilização até ao termo do projeto.
- 6.3. Os bens e serviços adquiridos no âmbito do projeto não podem ser afetos a outras finalidades, nem locados, alienados ou por qualquer modo onerados, no todo ou em parte, sem prévia autorização da entidade competente para a decisão.

Cláusula 7.ª

CADUCIDADE

O presente contrato de consórcio caduca verificando-se qualquer facto extintivo das partes outorgantes.

Cláusula 8.ª

INCUMPRIMENTO

8.1. No caso de um outorgante do presente contrato não cumprir as suas obrigações impedindo a boa execução do projeto, o outro outorgante terá o direito de tomar as providências necessárias para anular ou minimizar as consequências do incumprimento, sem prejuízo de nos termos gerais do direito, ser indemnizado pela conduta faltosa de todos os prejuízos causados no âmbito do consórcio.

8.2. A parte faltosa obriga-se a prestar à outra parte tudo o que detiver ou lhe for possível no sentido de permitir a esta ou a terceiros a execução da prestação incumprida, nas melhores condições.

Cláusula 9.ª

EXONERAÇÃO OU RESOLUÇÃO DO CONTRATO

9.1. Um membro do consórcio só pode exonerar-se deste nas restritas condições do artº 9º do Decreto-Lei n.º 231/81 de 28 de julho.

9.2. O presente contrato de consórcio só pode ser resolvido, quando algum ou alguns dos seus contraentes, por declarações escritas emanadas do outro, se ocorrer qualquer das seguintes causas justificativas:

- a) Tenha sido declarada insolvência, ou tenha sido intentado procedimento judicial relativo a meios preventivos de insolvência;
- b) Tenha sido cometida falta grave, em si mesma ou pela sua repetição, culposa ou não, a qualquer dos deveres como membro do consórcio, acrescendo ainda a obrigação de indemnização;
- c) Exista impossibilidade, culposa ou não, de cumprimento da obrigação de realizar a atividade ou de efetuar a contribuição a que se obrigou.

Cláusula 10.ª

CEDÊNCIA DE POSIÇÃO

As outorgantes consorciadas não podem ceder a terceiros, no todo ou em parte, a sua posição no presente contrato sem a prévia autorização da contraparte.

Cláusula 11.ª

FORO

Em caso de litígio emergente da interpretação e, ou, da aplicação do presente contrato será competente o Tribunal Judicial da Comarca de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 12.ª

CASOS OMISSOS

Qualquer questão omissa no presente contrato será resolvida por acordo das partes ou, na falta deste, pela lei geral e pelo decreto-lei n.º 231/81 de 28 de julho, bem como, se for o caso, pela regulamentação aplicável ao financiamento adstrito à execução do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência.

O presente contrato de consórcio é rubricado e devidamente assinado pelas partes em dois originais.

Braga, de 2023

O 1.º Outorgante

O 2.º Outorgante

Câmara Municipal de Braga

Associação Empresarial de Braga